Palácio Rio Branco

A realização de obras de restauração e revitalização dos espaços históricos da nossa cidade tem sido um dos objetivos do nosso governo na política cultural e tem provocado, de forma contínua e precisa, o ressurgimento de uma Manaus apaixonada por seu passado histórico, que resgata sua memória e valoriza sua arte.

Neste processo, o Palácio Rio Branco, antiga sede da Assembleia Legislativa do Estado, revive episódios e cenas históricas, agora como Centro da Memória do Poder Legislativo e da História da Política do Amazonas, passando a ser considerado um espaço não só de referência cultural, mas consagrado como eixo principal da vida política estadual.

A beleza e a imponência do prédio potencializam esse patrimônio que passa a sediar também o conselho estadul de cultura e o conselho de Patrimônio Histórico e Artístico que, sendo órgãos colegiados, atuam na orientação da política pública de cultura.

É mais um passo largo, sólido e definido rumo à concretização dos registros sociais, políticos, históricos e culturais do Amazonas.

Eduardo Braga
Governador do Estado

Palácio
Rio Branco
Manaus · Amazonas · Brasil

Bem sei que, antes de nós, outros presidentes do poder legislativo tiveram a intenção de transformar o Palácio Rio Branco em centro cultural, e a todos rendo as homenagens mais justas. É que nos últimos anos, o palácio não mais acomodava de forma adequada os serviços institucionais do legislativo amazonense que, ao mesmo tempo, se ressentia de um centro de memória capaz de reunir a sua própria história, promover exposições, e, de forma objetiva, contribuir para a revitalização do centro antigo da capital amazonense.

Ao nos unirmos ao governo Eduardo Braga, por meio da Secretaria de Estado de Cultura que tantos e tão relevantes serviços tem prestado ao Amazonas notadamente no campo das artes, das letras e do patrimônio histórico, vislumbramos a possibilidade de concretização desta ação de recuperação da memória política.

E foi o que sucedeu. O Palácio Rio Branco passa a servir à história, às artes e à pesquisa, sem perder a sua ligação tradicional com o poder legislativo, e se junta a outras ações que vêm sendo desenvolvidas no âmbito da Assembleia visando contribuir para a formação de uma nova mentalidade.

Belarmino Lins
Presidente da Assembléia Legislativa

Palácio Rio Branco
Manaus • Amazonas • Brasil

Reconstituir a paisagem tradicional e recompor a história de um patrimônio representativo do cenário político dos tempos da província e da república aos nossos dias é acima de tudo engrandecedor para àqueles que participaram do feito.

O governo do Estado confere todo o mérito ao esforço e compromisso profissional dos engenheiros, arquitetos, restauradores, museólogos, técnicos, artistas e a todos que empenhados na restauração do **Palácio Rio Branco**, hoje comemoram a instalação de um centro de memória política e o estabelecimento de um espaço de animação cultural, na área antiga da cidade.

A transformação das antigas sedes dos poderes constituídos do Estado em centros de memória e de referência da história, como o Palácio Rio Negro, o Palácio da Justiça e agora o Palácio Rio Branco, reafirma o compromisso do governo de resgatar e de preservar a história do Estado do Amazonas.

Robério Braga
Secretário de Cultura

Palácio Rio Branco
Manaus • Amazonas • Brasil

O Palácio

Resumo Histórico

O Palácio Rio Branco está localizado no centro histórico da cidade de Manaus, na Praça Dom Pedro II, e se impõe como um dos prédios de relevância arquitetônica na paisagem urbana da capital amazonense.

Edificado nas proximidades do que foi o Largo do Pelourinho e na vizinhança do Paço da Liberdade, antiga sede da Prefeitura Municipal, em cujo edifício também esteve instalado o governo estadual até 1917, o Palácio Rio Branco desde a sua inauguração teve diversos usos, mas sempre de interesse público.

Com a instalação da Assembléia no governo do coronel João Walter de Andrade (1971-74), a sede do poder legislativo teve como presidente, o deputado Washington Wilson de Almeida e Sthepano, e João Bosco Ramos de Lima.

Sofreu duas intervenções seguindo as normas internacionais, sendo uma no governo Gilberto Mestrinho (1983-86), sob a presidência da deputada Elizabeth Azize, com assistência do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, e a outra no governo Amazonino Mendes (1995-98), sob a presidência do deputado Lupércio Ramos de Oliveira, com orientação técnica da Secretaria de Estado de Cultura.

A restauração integral e o plano de novo uso foi implantado em virtude da cessão, por comodato, entre o Governo do Estado e o Poder Legislativo, no governo Eduardo Braga (2003-2010) e na presidência do deputado Belarmino Lins, visando a criação de um centro de estudos da história política amazonense e o estabelecimento de um espaço de animação cultural, no centro antigo da cidade, preservando a identidade do prédio com o parlamento estadual.

Os Instituidores

Foram instituidores do centro o governador Eduardo Braga e o deputado Belarmino Lins de Albuquerque, presidente da Assembléia Legislativa do Estado, em 2007, quando da cessão de uso fixada entre os poderes e transferência em termo de comodato para a Secretaria de Cultura.

Eduardo Braga (Carlos Eduardo de Souza Braga), governador do Estado, 45 anos, filho de Carlos e Dorothéa Braga, nascido em Belém do Pará, é engenheiro. Estudou em Manaus, Belém e nos Estados Unidos da América do Norte.

Ingressando na política partidária bastante jovem, foi vereador de Manaus sendo líder de seu partido e presidente da Comissão de Finanças da Câmara Municipal. Com dois anos de mandato resolveu concorrer ao cargo de deputado estadual, sendo eleito, e exercendo a função de líder do governo na Assembleia Legislativa, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e vice-presidente da Comissão Pré-Constituinte do Amazonas, em 1988. No exercício daquele mandato foi eleito por seus pares para a importante função de Relator Geral da Constituição do Estado do Amazonas de 1989.

Em seguida, completado o mandato de deputado estadual foi eleito como representante do Amazonas para a Câmara Federal e exercendo o mandato integrou várias comissões parlamentares de inquérito e foi sub-relator da Comissão de Orçamento da Câmara Federal.

Ainda no curso do mandato de deputado federal, foi candidato ao cargo de vice-prefeito municipal de Manaus em chapa com o então senador Amazonino Armando Mendes, que foram eleitos. Empossado, exerceu cumulativamente a função de secretário municipal de obras. Com a renúncia do titular para concorrer ao cargo e governador, exerceu o mandato de prefeito municipal de Manaus.

É governador constitucional do Estado do Amazonas, eleito e reeleito, compreendendo o período de 2003 a 2010.

Belarmino Lins de Albuquerque

Belarmino Lins é advogado, nascido em Fonte Boa/AM, filho de Belarmino Gomes de Albuquerque e Naide Lins de Albuquerque.

Exerceu várias funções públicas e mandatos e encargos no legislativo estadual: deputado estadual (1991-94).

No segundo mandato de 1995-98, foi chefe da delegação do Amazonas na Conferência das Assembléias das Américas e Caribe, em Quebec, no Canadá, em 1997.

No terceiro mandato de 1999 a 2002 foi líder do PTB (1999-2000). Foi ainda membro do Bloco Parlamentar Brasileiro da União de Parlamentares do MERCOSUL - Caracas (2001) e da IV Conferência Nacional de legislativos estaduais, promovido pela UNALE - Gramado/RS.

No quarto mandato foi Vice-Presidente da ALE, tendo sido também presidente do Bloco Brasileiro do MERCOSUL e da Comissão de Ética. Foi Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas (biênio 2005/2006), exercendo várias vezes a função de governador. No quinto mandato 2007- 2010 foi Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas (biênio 2007-2008). Reeleito Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para o biênio 2009-2010.

Palácio Rio Branco
Manaus • Amazonas • Brasil

Visitando o Palácio

Portaria e Recepção

Sala Dep. Maria do Socorro Dutra Lindoso

A portaria, recepção e administração do prédio estão instaladas na primeira sala à direita da entrada principal, servida por mobiliário moderno, necessário ao uso a que o ambiente se destina.

Destaque para uma estante de estilo manuelino, que quebra a modernidade dos móveis e equipamentos, recompondo o tom tradicional do ambiente, porque se trata de mobiliário de época, bastante utilizado em repartições públicas em Manaus, ao tempo da inauguração do Palácio Rio Branco. Ao mesmo tempo remete a referência do ambiente para outras salas do palácio.

Maria do Socorro Dutra Lindoso, nasceu em 31 de maio de 1923, em Barreirinha(AM). Filha de Militão Soares Dutra e Jacy Pereira Dutra. É professora e política. Iniciou a vida pública como Auxiliar de Escrita do Departamento de Saúde em 1943, sendo deslocada para o Poder Legislativo. Foi diretora de Secretaria e Diretora Geral da Assembléia, cargo em que se aposentou. Foi Secretária de Estado do Trabalho e Bem Estar Social (1987-89).

Na política foi deputada estadual nas legislaturas de 1975 a 1987, e convocada como suplente de 1991 a 1995. No parlamento estadual exerceu os cargos de primeira- secretária da Mesa Diretora; vice-líder do PFL- Partido da Frente Liberal e membro efetivo das Comissões de Educação e Redação Final. Foi prefeita municipal de Barreirinha no período de 15 de janeiro de 1964 a 15 de janeiro de 1968, e anos depois vice-prefeita. Foi vereadora da Câmara Municipal de Barreirinha de 2005 a 2008.

De sua ação no legislativo, destacam-se: Emenda Constitucional que reduziu de 30 para 25 anos o tempo de serviço das professoras, para efeito de

aposentadoria; instituição da Medalha do Mérito Legislativo "Rui Araújo"; Emenda ao Regimento Interno que criou a Comissão de Assuntos Amazônicos.

Mereceu várias homenagens, entre as quais: Medalha de Camões, pelo governo de Portugal, através do consulado de Manaus; Benemérito Primeiro Centenário de Manicoré (1978); Cidadã Benemérita de Barreirinha, pela Câmara Municipal (1991); Honra ao Mérito pelo Sindicato dos Radialistas do Amazonas (1992); medalha "Amigo da Marinha"(1999); medalha "Grande Mérito" da Ordem do Mérito Legislativo do Estado do Amazonas (2003); Benemérita da Associação dos Funcionários Públicos do Amazonas; Medalha do Mérito Legislativo "Ruy Araújo"(2008).

Salão de Exposições
Salão Emílio José Moreira

Ao centro da entrada principal acha-se montada a exposição síntese da história do poder legislativo no Amazonas com destaque para as principais passagens desde 1852 aos dias atuais. É uma exposição de caráter permanente e informativa, destinada a oferecer um panorama abrangente de fatos políticos a estudantes, professores e pesquisadores interessados em conhecimentos objetivos sobre a trajetória do poder legislativo do tempo da província (1852-89) e desde a implantação do Estado do Amazonas (1889).

Desenvolvida pela museóloga Veralúcia Ferreira de Souza, a exposição oferece pistas para pesquisas que possam ser do interesse de estudiosos da matéria, ao mesmo tempo em que ressalta episódios e vultos da vida política estadual.

Emílio José Moreira nasceu na Bahia. Filho de Sebastião José Moreira e Maria José Moreira. Era irmão de Guilherme e Antônio José Moreira, todos influentes na vida social e política do Amazonas. Foram comerciantes, com a firma Moreira & Irmão, chefiada por Guilherme, e que era especializada no comércio da borracha, castanha, pirarucu seco, sorva, balata, dentre outros produtos regionais. Atuavam principalmente com barracões no interior do Estado, notadamente no rio Juruá.

Emílio Moreira casou-se em Manaus com uma irmã do major Joaquim Paes da Silva Sarmento, líder influente do Partido Republicano Democrata. Liderou as articulações políticas contra Thaumaturgo de Azevedo, conseguindo manter Guilherme Jose

Moreira como vice-governador. Depois de eleger Ribeiro governador, o enfrentou, contra o capitão Fileto Pires, no episódio do Congresso Foguetão.

Atuava na imprensa através do jornal Amazonas, tendo como escriba o coronel Raymundo Salgado dos Santos.

Uma de suas filhas casou-se com Antonio Sá Peixoto, depois também com rara influência política; a outra com o engenheiro Manoel Uchoa Rodrigues, deputado e prefeito de Manaus, e a terceira com o médico e deputado Argemiro Germano.

Biblioteca
Thália Phedra Borges dos Santos

O palácio dispõe de uma biblioteca especializada em história política, constituída de peças físicas e um alentado acervo em meio digital, reunindo textos, fotos e filmes. Está instalada nas duas salas à esquerda da entrada principal, sendo uma delas exclusivamente para o acervo físico.

Nela estão ordenados os livros, revistas, relatórios, constituições, mensagens, leis, decretos e regulamentos provinciais e estaduais, constituindo importante coleção que se reúne a obras gerais para a compreensão da história política nacional, disponíveis para a pesquisa e leitura.

A biblioteca é composta de duas salas, sendo uma para o acervo e outra para leitura, homenageando, respectivamente, a Livraria Acadêmica, seus fundadores e sucessores, e o Dr. Eurípedes Lins.

O salão de acervo é composto por mobiliário da antiga Livraria Acadêmica, de Manaus, fundada em 1912 e cujas atividades foram encerradas recentemente, sempre funcionando na rua Henrique Martins, no centro histórico. Fotos transformadas em painéis e mobiliário original da livraria, inclusive peças de adorno e decoração, cedidos gentilmente pela família Barata que foi proprietária da livraria, dão um clima especial ao local, recuperando, ao mesmo tempo, parte da história comercial e livreira de Manaus, como o referencial mais remoto dos anos do império ou de 1852 até a proclamação da República, e desta aos dias atuais.

O salão de leitura, ao contrário, é moderno.

Possuindo poltronas confortáveis, oferece ao leitor e pesquisador bases tipo *"table"* giratórias e niveláveis conforme o interesse e necessidade do usuário, próprias para uso de *laptop*, com equipamento já adicionado, em ambiente para leitura em suporte físico ou meio digital. Homenageia o Dr. Eurípedes Lins.

A bibliotecária Thália Phedra Borges dos Santos que dá nome à biblioteca exerceu papel preponderante por longos anos, no resguardo do importante acervo da Biblioteca Pública do Estado, da qual foi uma dedicada diretora, e, ao mesmo tempo, do sistema de bibliotecas volantes que funcionou em Manaus, assim como da implantação do sistema estadual de bibliotecas públicas para o interior amazonense, notadamente nos fins dos anos 1970.

Thália Phedra Borges dos Santos (1939–1983) nasceu em Terezina (PI). Bibliotecária formada pela Universidade Federal do Amazonas, em 1971. Era filha do tenente do exército, Sérvio de Galbas Borges e da professora Maria de Lourdes de Lima Borges.

Residiu no Maranhão, para onde seu pai foi transferido e chegou à Manaus ainda criança, onde passou toda sua vida, casando-se com Ramiz Wladimir Braga dos Santos, em 1967, com quem teve quatro filhos: o engenheiro civil Ramiz Júnior, o juiz de direito Cássio André Borges dos Santos, o jornalista Saulo Borges e a pedagoga Jacy Braga dos Santos Feitoza. É irmã de Maria da Conceição Saint'Clair, Maria de Jesus de Lima Borges e Celes Calpúrnia Borges Melo.

Foi professora do Colégio Estadual Castelo Branco e da Escola Estadual Zulmira Bittencourt, da qual foi diretora. Trabalhou na biblioteca do Instituto de Educação do Amazonas e dirigiu durante vários anos a Biblioteca Pública, quando trabalhou em busca da modernização e melhor atendimento aos estudantes e pesquisadores, bem como ampliação e qualificação do acervo e da estrutura física.

Uma evidência da contribuição que deu enriquecimento ao acervo da Biblioteca Pública, tombada pelo Governo do Estado do Amazonas, foi a aquisição de várias obras raras, dentre as quais o livro "A Muhraida", escrita em 1785 pelo português João Wilkens - a epopéia dos índios Mura do Alto Amazonas, tido como o primeiro poema amazônico.

Na sua profissão atuou ainda na organização dos departamentos de filmoteca da TV Amazonas e da TV Educativa, catalogando o acervo de fitas de filmes, slides e fotografias.

Recebeu dos pais o legado de promover educação de forma indiscriminada. Com seu espírito de justiça e

solidariedade acolhia de forma igualitária o mais simples e o mais afortunado jovem que buscasse conhecimento, tendo repassado estes sentimentos e ideais aos filhos, e que são herança para seus netos Juliano e Thália Phedra Feitoza. Procurou democratizar o acesso ao saber, por que tinha consciência da importância da educação no aprimoramento do ser humano e da sociedade.

Faleceu no dia 14 de março de 1983, aos 43 anos de idade, quando pleiteava junto ao governador José Lindoso, a reforma do prédio da Biblioteca Pública. Em 1984, no primeiro aniversário de sua morte, foi homenageada, *in memoriam*, pelo então governador Gilberto Mestrinho, que consagrou seu nome em um salão da Biblioteca, justamente o lugar onde viveu alguns de seus últimos instantes de vida.

Sala Livraria Acadêmica

A sala da reserva técnica da biblioteca Thália Phedra Borges dos Santos homenageia e recupera a memória da Livraria Acadêmica, de Manaus, fundada por Joaquim Francisco Cocello, natural da Póvoa de Varzim, e depois adquirida por Humberto Dias

Ferreira Barata, português de nascimento (1909), na aldeia Bordeiro-Góis, Distrito de Coimbra. Filho de Antonio Ferreira e Sahara Dias Ferreira.

Chegou à Manaus em 1930 para gerenciar a Tabacaria Águia, mas depois resolveu se estabelecer de início no mercado municipal Adolpho Lisboa, com a Tabacaria do Povo, apoiado pelo crédito concedido na época pelas firmas Matos Areosa e J. S. Amorim. Em dezembro de 1938 casou-se com a senhora Creusa Lopes Antunes, tendo os filhos Antonio com 70 anos e Cleonice com 69 anos.

Associou-se a João Lopes de Brito e dona Maria Salem de Brito, proprietários da Fábrica Minerva, e em 1945 compraram a Livraria Acadêmica de Joaquim Francisco Cocello. No dia 13 de abril de 1945 surgiu a firma Barata Brito & CIA, com o nome de fantasia "Livraria Acadêmica", que deve ter sido fundada em 1912.

Desfeita a sociedade, o filho tomou conta do comércio que ganhou novo ânimo com a criação da Universidade Federal do Amazonas no governo do professor Arthur César Ferreira Reis. O herdeiro da

livraria formou-se em Ciências Contábeis, depois de ter abandonado o curso de medicina no Rio de Janeiro para cuidar dos negócios em Manaus. Concluiu o curso em 1969 e prosseguiu com o trabalho.

Estando os livros com preços elevados, e não existindo ainda sistema de crediário, a livraria diversificou seus produtos, passando a vender louças, enfeites de Natal, brinquedos, artigos de papelaria e até mercadoria estrangeira. Sua história, entretanto, foi construída como livraria, tradicional ponto de encontro de professores, intelectuais, escritores e artistas.

A família Barata, homenageada com a reaplicação de parte do mobiliário da Livraria Acadêmica na sala de acervo da biblioteca, pode ser representada pelo Senhor Humberto Barata e pelo jovem arquiteto Humberto Barata, restaurador formado em Manaus, dedicado e habilidoso profissional no trato de bens de interesse artístico e cultural.

Sala de Leitura
Sala Eurípedes Lins

Ambiente moderno, seja em mobiliário como em equipamentos, a sala de leitura da biblioteca Thália Phedra Borges dos Santos recebeu o nome do Dr. **Eurípedes Ferreira Lins**, recentemente falecido.

Trata-se de advogado, professor e empresário, representante classista, que exerceu diversas funções públicas e em entidades empresariais, esforçando-se de forma inconteste para servir ao Amazonas. Nascido em Fonte Boa (AM), trabalhou intensamente em Manaus e atuou em diversos órgãos, especialmente na Federação da Agricultura do Amazonas e no SEBRAE/Amazonas, dos quais foi diretor e presidente, em várias oportunidades.

Salão de Exposições de Arte
Salão Hahnemann Bacelar

Trata-se do primeiro salão do segundo andar, destinado a exposições de arte relativas à história política, projetado para servir de pólo de animação cultural e artística, funcionando como uma galeria especial. Anualmente deve receber o salão de humor e de charges do Estado, de modo a estimular a criatividade e a premiar os artistas que atuam neste campo que é um misto de jornalismo e artes visuais.

Homenageia o artista amazonense **Hahnemann**

Bacelar, um dos nomes mais festejados das artes plásticas no Amazonas, que residiu no porão do Palácio, e em cujas dependências iniciou seus trabalhos artísticos. Estudou artes com Álvaro Páscoa, conviveu e trabalhou com Moacir Andrade e Afrânio Castro. Integrou o Clube da Madrugada, firmando-se como um expoente das artes no Amazonas, em todos os tempos. Estudou no grupo escolar Marechal Hermes e na Escola Técnica Federal do Amazonas. Faleceu no Pará.

Nasceu em Manaus (AM) em 1948 e faleceu em Belém (PA) em 1971. Durante os anos de sua formação escolar estudou no Colégio Marechal Hermes, no Colégio Estadual D. Pedro II e na Escola Técnica Federal do Amazonas - ETFAM, onde se profissionalizou.

Artista autodidata começou a expor em Manaus na Secretaria de Educação do Amazonas. Seus trabalhos estão em coleções particulares e na Pinacoteca do Estado, mais enriquecida a partir de 1997 com aquisições feitas pela Secretaria de Estado de Cultura, de cujo acervo destacam-se os óleos sobre tela e os desenhos à nanquim.

Os temas como a pobreza, a solidão e o sofrimento estão sempre representados nos rostos retorcidos dos seus personagens. Sua cor predominante era o amarelo

que trazia, ainda mais agonia, melancolia e dor às suas obras. Ainda menino começou a desenhar no porão do Palácio Rio Branco e a fazer filme em papel de seda para caixa de sapato, cujos textos eram escritos por Robério Braga, seu colega de grupo escolar Marechal Hermes.

Palácio Rio Branco
Manaus · Amazonas · Brasil

Sala de Exposições Históricas
Sala Eunice Michiles

Destinada a exposições temporárias relativas ao poder legislativo, reconstituindo a vida e a obra de parlamentares que bem representaram o povo amazonense no cenário político federal, estadual ou municipal, está situada no andar superior, adiante do salão de exposições de arte.

É inaugurada com uma exposição sobre os deputados Francisco Guedes de Queiroz, Arlindo Porto e Elizabeth Azize, respectivamente, um dos políticos amazonenses que exerceu maior número de mandatos eletivos, outro que foi cassado irregularmente pela assembleia e a primeira e única mulher a exercer o cargo de presidente do legislativo estadual, na condição de titular, e interinamente o cargo de Governador do Estado.

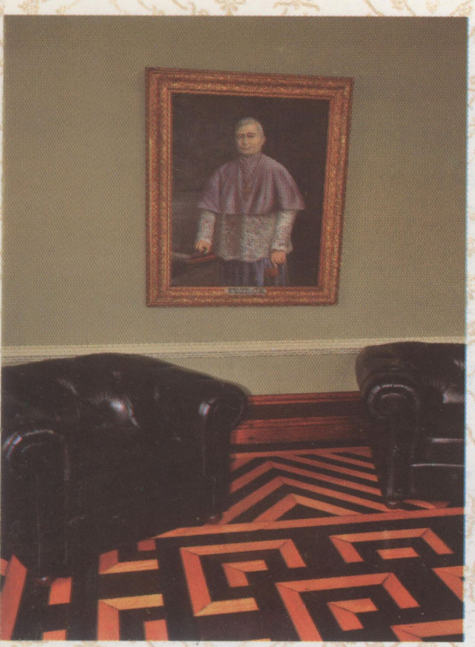
Eunice Mafalda Berger Michiles nasceu em São Paulo, em 10 de julho de 1929. Filha de Theóphilo Berger e Edith Berger. Foi professora primária, deputada estadual, secretária de Estado e senadora da República.

No Amazonas Eunice exerceu diversas funções e cargos públicos na administração municipal como na estadual, especialmente ligados à área social e de educação, e foi eleita em 1974 para deputada estadual, permanecendo no exercício do mandato até 1978.

Assumiu o mandato de senadora da República em 11 de maio de 1979, constituindo-se na primeira senadora eleita do país. Seu feito somente foi igualado em 1990 quando foram eleitas outras mulheres para o senado da República.

Integrando a ARENA, que era o partido do governo revolucionário, foi depois filiada ao PDS – Partido da Democracia Social, que sucedeu àquela agremiação governista. Eunice teve forte atuação durante o mandato, seja no plenário, nas comissões técnicas, na Mesa Diretora da qual foi 4º secretário, e na organização e direção do Movimento Democrático da Mulher Social – MDMS, do Partido da Democracia Social - PDS.

Palácio
Rio Branco
Manaus - Amazonas - Brasil

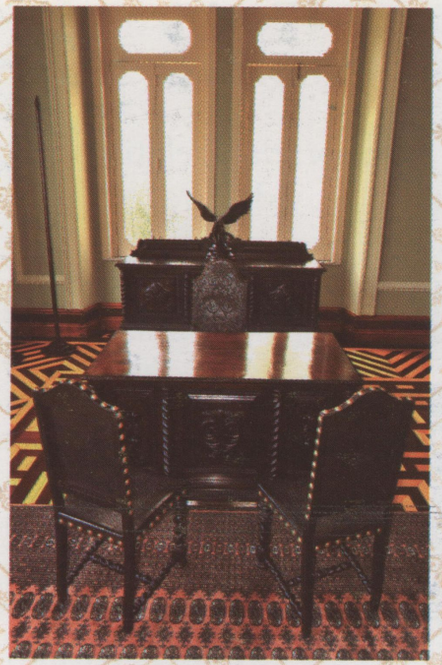


Gabinete do Presidente
Sala Cônego Azevedo

Composto com mobiliário de estilo manuelino, utilizada nos anos de inauguração do Palácio como sede da Secretaria Geral do Estado, em 1938, o gabinete do presidente é valorizado pela pintura, em óleo sobre tela, do primeiro presidente da Assembleia Legislativa da Província do Amazonas, em 1852, o cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, um dos líderes da igreja católica, pela águia em bronze que é o símbolo utilizado nas Armas do Estado, desde 1897.

O gabinete do Presidente está preparado para servir ao presidente do legislativo em eventos oficiais, especialmente recepção a autoridades políticas e diplomáticas, de modo a manter os vínculos do edifício com a história do legislativo amazonense, tal como sucede com o Palácio Rio Negro e o Palácio da Justiça, na relação com os respectivos poderes constituídos que funcionaram naqueles prédios.

Joaquim Gonçalves de Azevedo, ou Cônego



Azevedo (1814- 1879), estudou no seminário do Maranhão, foi ordenado em Belém do Pará (1837), diretor da Instrução Pública no Amazonas (1852), diretor e professor de Seminário em Manaus, bispo de Goiás (1865), bispo da Bahia e Primaz do Brasil (1876), 2.º vice-presidente da Província do Amazonas (1857) e presidente interino (1857).

Foi presidente da Assembleia em 1852, tendo como vice-presidente o deputado e padre Torquato Antônio de Souza, em sessão legislativa na qual se destacaram os deputados Clementino José Pereira Guimarães, padre João Antonio da Silva, José Bernardo Michiles e José Coelho de Miranda Leão Júnior.

Foi o orador da solenidade oficial dos festejos do primeiro ano de instalação da Província, quando Gaspar de Lucena, organizador da primeira banda de música na atual cidade de Manaus, dirigiu a sua

primeira apresentação em 1.º de janeiro de 1855. Falou depois da missa na procissão de Nossa Senhora dos Remédios, vésperas solenes, iluminação na cidade, benção da Bandeira do 1.º Batalhão da Guarda Nacional, e antes do baile realizado na ocasião.

Salão Plenário
Salão Deputado Paulo Nery

Trata-se de salão no qual se realizaram as reuniões plenárias dos deputados, nos primeiros anos de funcionamento do legislativo no edifício, especialmente de 1972 a 1976, até a construção do edifício anexo, com oito andares, no qual foi edificado o Plenário Ruy Araújo.

Nele está instalado mobiliário próprio para as reuniões dos conselhos estaduais de Cultura e de Patrimônio Histórico, que são os colegiados de interesse da política cultural, com móveis de estilo, adquiridos em antiquário no Rio de Janeiro, em 2009.

O nome do salão homenageia o Dr. **Paulo Pinto Nery**, que foi professor de direito e advogado, deputado estadual, deputado federal, vereador, prefeito de Manaus, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado, vice-governador e governador do Estado, superintendente da Fundação Joaquim Nabuco para a Amazônia Ocidental, membro

do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Academia Amazonense de Letras, da qual foi vice-presidente.

Na qualidade de vice-governador do Estado foi presidente do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, desenvolvendo importante trabalho na preservação dos bens culturais, inclusive com a aprovação da segunda lei estadual de defesa do patrimônio cultural, ainda em vigor, e tombamento de vários bens imóveis.

Sala dos Conselhos
Sala Carlos Mello

Inteiramente mobiliada com móveis de época, estilo manuelino, bastante utilizados em Manaus na composição do Palácio Rio Negro e do Palácio Rio Branco, adquiridos em antiquários no Rio de Janeiro, a sala destina-se à secretaria e presidência dos conselhos estaduais de Cultura e de Patrimônio Histórico, como forma de estabelecer o funcionamento dos órgãos colegiados que interessam diretamente à política pública de cultura, no prédio tradicional do legislativo amazonense.

Composto com escrivaninha e mesa de reunião com cadeiras em couro pirografado, são móveis em permanente uso e adequados para as funções do ambiente.

A sala homenageia o médico e deputado Carlos Mello, presidente da Assembléia Constituinte do Estado do Amazonas de 1935.

Carlos Soares de Mello nasceu e faleceu em Manaus. Foi deputado sendo eleito para presidir o poder na fase constituinte, conseguindo conciliar, com habilidade, os interesses dos partidos políticos recém-organizados, dos deputados eleitos pelas agremiações partidárias e dos deputados constituintes classistas, uma inovação política exclusiva daquele período.

Palácio Rio Branco
Manaus · Amazonas · Brasil

O lugar

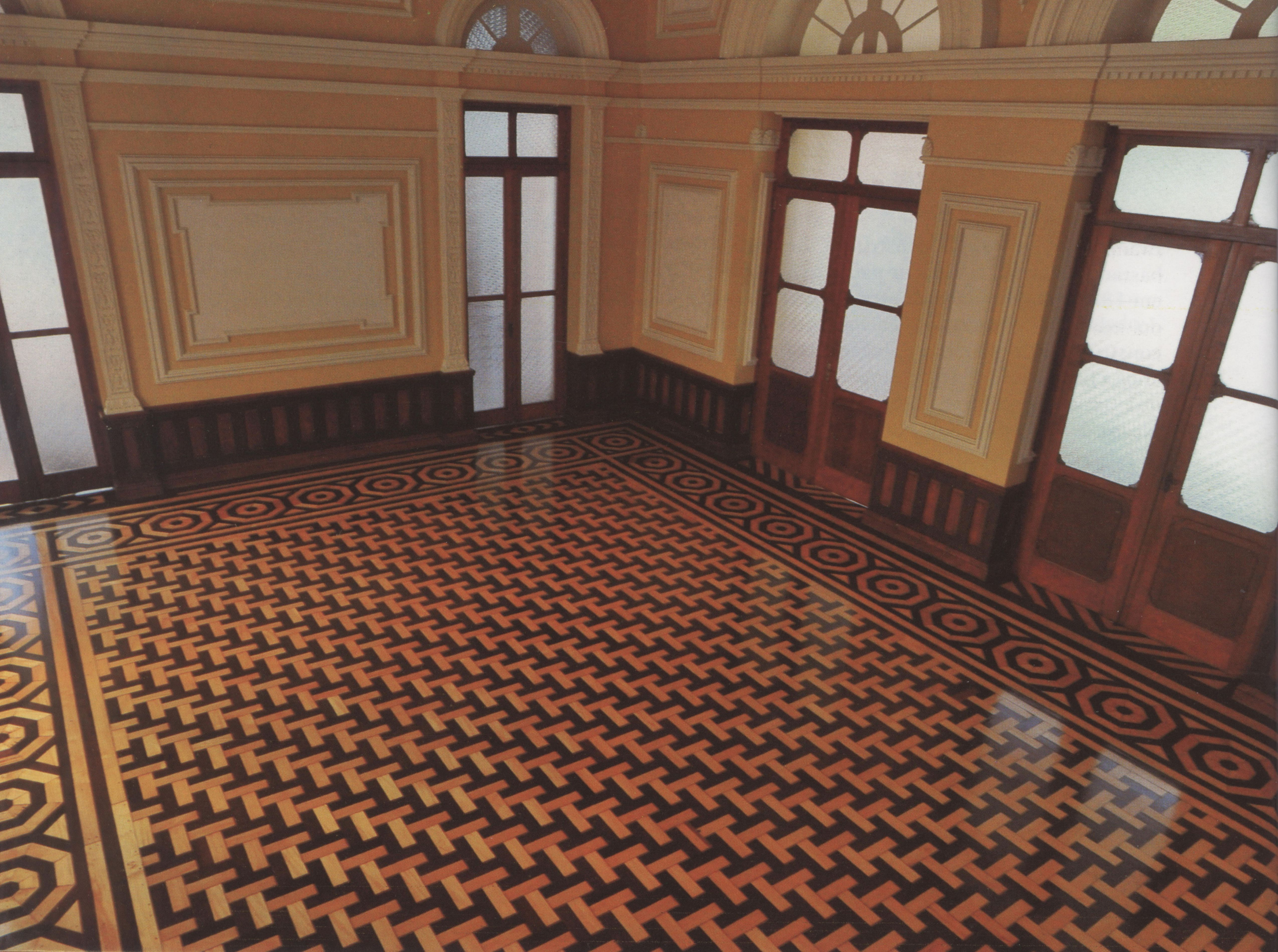
Na proximidade do lugar do atual Palácio Rio Branco foi servida a construção de uma cadeia, bastante modesta, coberta de palha, que foi incendiada em 1821, substituída por outra, no exato ponto atual do edifício. Vizinho do Palácio do Governo, foi construído pela edilidade e alugado ao Estado durante anos a fio, em lote de terras simples, pequena extensão que dava para o forte de São José da Barra do Rio Negro, depois praça IX de Novembro.

Largo da Trincheira

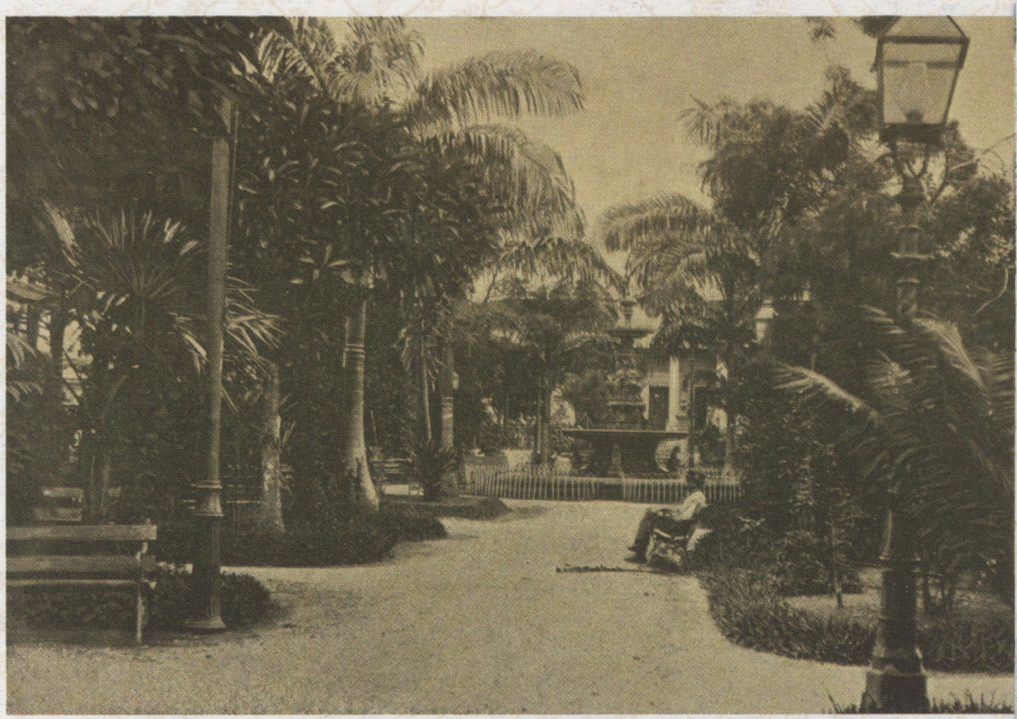
O largo da Trincheira, bastante conhecido dos pesquisadores da história de Manaus, deve ter tido origem em razão da existência de uma trincheira para defesa da cidade, instalada nas imediações do território assim delimitado, por volta de 1755, conforme a descrição que faz Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Era a região do antigo quartel, que deveria estar protegido por um sistema de trincheira. Esta nomenclatura foi universalmente aplicada pelo menos até a declaração de apoio da Barra do Rio Negro à Independência do Brasil, em 9 de novembro de 1822. Ao que se depreende dos registros de jornais e documentos da Câmara Municipal, e mapa antigo, era neste lugar que ficavam a antiga Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e o cemitério, ainda referenciados nas atas da câmara de 28 de agosto de 1880.

Região do antigo bairro de São Vicente de Fora, nas proximidades do antigo igarapé da Ribeira, constituindo o primeiro núcleo urbano do lugar da Barra, depois Manaus.

Na localidade situava-se o prédio onde foi instalado o poder judiciário ao tempo da implantação da República no Amazonas, no qual depois funcionaram a Escola de Comércio Sólon de Lucena e o grupo escolar Marechal Hermes, e anos mais tarde, a Câmara Municipal de Manaus.



Praça Dom Pedro II



Praça pública localizada na região mais antiga da cidade de Manaus, desde o tempo em que a denominação oficial era Lugar da Barra de Nossa Senhora da Conceição, na proximidade do cemitério público, da enfermaria militar depois denominada de hospital de São Vicente de Fora, em referência ao bairro em que se achava inserido. Precisamente localizada entre as ruas de São Vicente, depois de Bernardo Ramos, de Enrique Antony, a rua da cadeia, depois de Gabriel Salgado e a rua do Pelourinho, a seguir denominada de governador Victorio com a rua Brasileira, depois e atualmente avenida Sete de Setembro.

Também foi chamada de Largo do Pelourinho, Largo do Quartel, Praça da República (1890) e novamente Praça Dom Pedro II, possivelmente em decorrência das comemorações da maioridade do imperador, em 1840.

Em derredor estiveram vários pontos referenciais da história mais antiga de Manaus, como o pelourinho propriamente dito, o quartel, a cadeia velha, hospital militar, quartel general do exército, escola normal, Éden-Theatro, onde se realizou a reunião de populares e políticos e militares para decidir qual a junta governativa que implantaria a república em 1889; o IAPETC, a sede do Governo Provincial e do Estado até 1917, o arquivo público, ainda no mesmo prédio, o hotel Cassina já desativado há muitos anos.

Foi chamada de Largo do Pelourinho, por muitos anos, assim designado pelo menos desde 1832, em razão da existência do pelourinho do lugar e que foi demolido em 1855, por ordem da câmara.

Palácio Rio Branco
Manaus • Amazonas • Brasil

Os vizinhos
Paço Municipal

Instalado em anos remotos do império, o Palácio do Paço Municipal serviu de sede para o governo da Província e do Estado, tendo sido ocupado, seguidamente desde os anos inaugurais à autonomia provincial até 1917, quando foi devolvido à Câmara Municipal de Manaus para sede do gabinete do Prefeito Municipal de Manaus. Assim permaneceu até os anos 1970, quando a Câmara foi deslocada para outro prédio, no qual já estivera antes e que cedera para a escola de comércio Sólon de Lucena e para o grupo escolar Marechal Hermes da Fonseca.

Foi denominado também de Paço da Liberdade, servindo anos seguidos para sede da Prefeitura e gabinete do prefeito, assim permanecendo até praticamente no fim dos anos 90, quando tais funções administrativas foram deslocadas para a atual sede, no bairro da Compensa, em prédio da antiga escola mantida pela mineração Taboca.

Depois de servir de sede para a Câmara Municipal, para o governo do Estado e para a Prefeitura de Manaus, foi desativado para estas funções e integrado ao programa "Monumenta" do governo federal com a prefeitura, para fins de restauração, estando em obras há vários anos

Instituto Geográfico
e Histórico do Amazonas

O Instituto foi fundado nos primeiros meses de 1917, sendo instalado oficialmente em 25 de março daquele ano. Recebeu sede própria cedida em usufruto pelo governo do Estado, ao tempo da administração do médico baiano Pedro de Alcântara Bacellar.

Trata-se de edificação simples, assobradada, com escada de madeira e piso dos salões principais em madeira do tipo acapu e pau-amarelo, comum nos casarões antigos de Manaus. Serviu de sede para uma companhia de bombeiros, a campanha do censo de 1940, e, ainda mais remotamente, para sede de um clube.

Mantém em funcionamento uma importante biblioteca, com obras raras sobre a Amazônia, coleção de jornais do período provincial e da primeira república, principalmente, museu com importantes coleções de arqueologia, história urbana e social, resultado de acervos particulares que lhes foram doados.

É uma entidade sem fins lucrativos, mantida com recursos de seu pequeno patrimônio e mediante convênios com o Estado e Prefeitura, cuja sede foi inteiramente restaurada pela Secretaria de Estado de Cultura, nos anos de 2007 e 2008. Abriga o antigo museu Rondon, de propriedade de Crisantho Jobim, enriquecido com muitas doações recebidas desde a sua fundação.

Com o correr dos anos, embora tenha havido muitas dificuldades na sua manutenção, recebeu apoio dos governos Álvaro Maia, Plínio Coelho, Gilberto Mestrinho, Arthur Reis, João Walter de Andrade, José Lindoso, Paulo Nery, Amazonino Mendes e Eduardo Braga, não só na conservação do prédio, como em programas de recuperação de acervos, organização e dinamização de biblioteca e museu.

Inteiramente restaurado na administração Eduardo Braga (2003-10), por meio da Secretaria de Estado de Cultura, incorporou dois outros imóveis pela rua Frei José dos Inocentes, de modo a ampliar os espaços destinados à biblioteca, museu e secretaria da instituição.

Integrado por quarenta sócios, ocupantes de cadeiras que recuperam a memória de antigos pesquisadores, historiadores, antropólogos, o Instituto é uma sociedade civil sem fins lucrativos, dedicado à memória material e imaterial do patrimônio cultural amazonense, fundado com larga influência da maçonaria amazonense, sendo, nos dias correntes, a mais antiga entidade cultural em funcionamento.

Hospital de São Vicente

Localizado no bairro de São Vicente de Fora, o hospital e enfermaria militar é uma das edificações mais antigas da cidade de Manaus. Acha-se completamente restaurado pela União Federal, servindo de sede para o Comando Naval.

Localizado na antiga ilha de São Vicente, que terminou por ser ligada à rua Bernardo Ramos, antiga São Vicente, depois de um serviço de aterramento feito e que retirou a pequena ponte que unia a ilha ao continente.

Durante muitos anos ficou desativado, depois de ter servido de sede para órgãos do porto flutuante e de entidades federais ligadas à navegação de cabotagem.

Hotel Cassina

Antigo estabelecimento hoteleiro muito conhecido na cidade de Manaus ao tempo da chamada *belle époque*, pertencia ao súdito italiano Andreéa Cassina. Teve o privilégio de atender, como hóspedes, figuras do comércio, da indústria, da política, do exército e da armada, da imprensa, certamente porque se tratava da mais requintada e conhecida hospedagem da época de Eduardo Ribeiro e do período áureo da economia da borracha.

O hotel era um dos mais sofisticados para seu

tempo "que fazia questão de anunciar ter sido o pioneiro no seu gênero. Seu restaurante recebia encomenda para banquetes, casamentos, bailes e batizados. Para fazer ainda maior diferença, oferecia ao consumo diário, vinhos de mesa, licores, águas, champagnes e conservas do país e do exterior, seguindo as normas de seus proprietários, a firma Fernandes & C a ".

Dentre as muitas figuras proeminentes que se hospedaram no hotel, vale registro para o escritor Coelho Neto, quando em visita à Manaus, em 1899, e alguns jornalistas de periódicos do sul do país que acompanhavam a comitiva do presidente Affonso Penna, em 1906.

Episódio que merece registro é o atentado à bala sofrido por Plácido de Castro, no salão de refeições do hotel, na hora do almoço, praticado por uma mulher, não muito tempo antes da data em que ele foi assassinato no Acre.

Praça IX de Novembro

Pequena praça que havia e estava edificada na parte dos fundos da sede da Câmara Municipal de Manaus, na rua Demétrio Ribeiro, local onde se instalou o poder judiciário amazonense no início da República. Estava aberta possivelmente de 1868, quando do aterro do igarapé da Ribeiro ou do Seminário. Recebeu este nome em homenagem a proclamação da República do Brasil exatamente no primeiro ano de festejos cívicos.

Ficava no bairro do Seminário, porque nele estava instalado desde 1848 o Seminário São José. Recebeu este nome em 11 de novembro de 1890, quando José Carlos da Silva Teles era superintendente municipal. A medida foi de autoria do vereador Pedro Guilherme Alves da Silva.

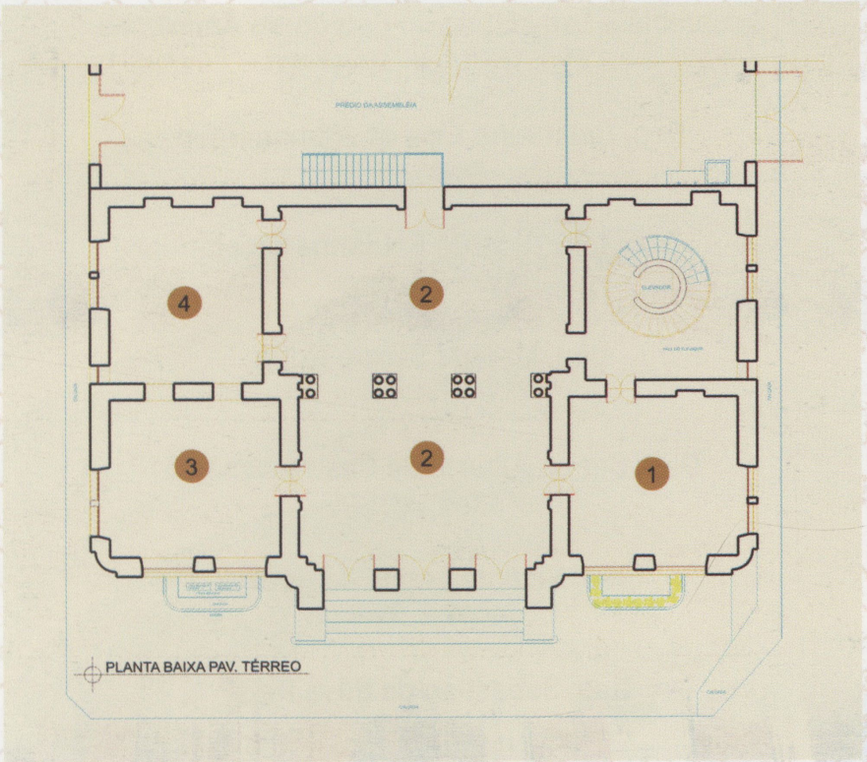
Palácio Rio Branco

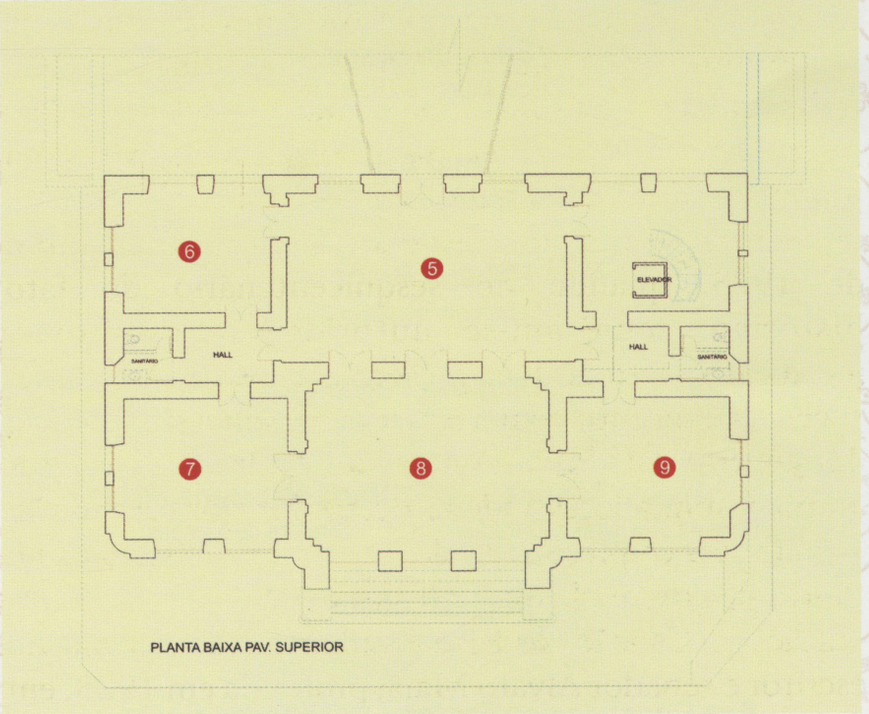
Trata-se de região na qual foi realizada em 9 de Novembro de 1823, a adesão do Amazonas à Independência do Brasil, solenizada em praça pública pelos líderes políticos da época, inclusive com juramento de fidelidade à Dom Pedro I. Para rememorar o feito, no mesmo local, em 9 de novembro de 1973, quando do sesquicentenário do fato histórico, reuniram-se autoridades, escritores, jornalistas, estudantes, políticos, e todas as classes sociais, em evento cívico e histórico, sob a presidência do governador João Walter de Andrade. Um dos grandes animadores a idéias destes festejos foi o então senador e vice-presidente do Senado, José Bernardino Lindoso, que, inclusive, mandou publicar uma nova edição da Cancão de Fé e Esperança, de autoria do escritor e senador Álvaro Maia, proferida em 1923, em solenidade no Teatro Amazonas.

No local ainda havia palmeiras tipo imperial, na rua Demétrio Ribeiro, na entrada de serviço do sindicato dos Estivadores e da Câmara Municipal.

Acha-se completamente descaracterizado, e sem qualquer possibilidade de uso pela população, embora incluída no projeto "Monumenta", do governo federal com a Prefeitura de Manaus, há bastante tempo.

Palácio
Rio Branco
Manaus • Amazonas – Brasil





1 - Portaria | Recepção
Sala Deputada Maria do Socorro Dutra Lindoso

2 - Salão de Exposições
Salão Emílio José Moreira

3 - Biblioteca Thália Phedra Borges dos Santos
Sala de Leitura Eurípedes Lins

4 - Biblioteca Thália Phedra Borges dos Santos
Sala Livraria Acadêmica

6 - Sala de Exposições Históricas
Sala Eunice Michiles

7 - Gabinete do Presidente
Sala Cônego Azevedo

8 - Salão Plenário
Salão Deputado Paulo Nery

9 - Sala dos Conselhos
Sala Carlos Mello

Palácio Rio Branco
Manaus • Amazonas • Brasil

Eduardo Braga
Governador do Estado

Omar Aziz
Vice-Governador do Estado

Robério Braga
Secretário de Cultura

Mimosa Paiva
Chefe de Gabinete

Ângela Simões
Diretora de Centros Culturais

Maria Nazarene Maia
Diretora de Museus

Regina Lobato
Diretora do Patrimônio Histórico

Ana Christina dos Santos
Diretora de Gestão da Informação

Sharles Costa
Diretor de Bibliotecas

Jair Jacqmont | Karla Colares | Anselmo Pereira
Sílvio Pinto Jr. | Bruna Mortagua | Karen Souza
Assessoria de Marketing

Textos | **Robério Braga**

Fotos
Rumen Koynov | Antônio Neto
Acervo particular **Família Barata** (Painéis Sala Livraria Acadêmica)
Acervo particular **Mário Ypiranga Monteiro** (Painel Sala Livraria Acadêmica)

Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas
Mesa Diretora 16ª Legislação

Dep. Belarmino Lins de Albuquerque
Presidente

Dep. Luiz Ricardo Saldanha Nicolau
1º Vice-Presidente

Dep. Marcos Sérgio Rotta
2º Vice-Presidente

Dep. Carlos Alberto de Castro Almeida
3º Vice-Presidente

Dep. Vicente Lopes de Souza
Secretário Geral

Dep. Sebastião da Silva Reis
1º Secretário

Dep. Maria da Conceição Sampaio Moura
2º Secretária

Dep. David Antônio Absai Pereira de Almeida
3º Secretário

Dep. Adjuto Rodrigues Afonso
Ouvidor

Dep. Josué Claudio de Souza Neto
Corregedor

CULTURA
Secretaria de Estado

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Palácio Rio Branco

Av. Sete de Setembro s/n - Centro Histórico de Manaus

Segunda a Sexta de 08h00 às 17h00 | Monday to Friday from 8a.m to 5p.m

http://culturadoam.blogspot.com www.palacioriobranco.am.gov.br

www.amazonas.am.gov.br

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM

CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA